

Autor: Carvalho

A missão social da História.



Acredito que os historiadores devem cumprir de forma mais rigorosa e explícita a missão social subjacente à sua profissão, isto é, mediar o conhecimento histórico para os vários níveis de compreensão dos indivíduos, sem comprometer a sua cientificidade, mas evitando a sua elitização, usando a investigação como ferramenta para contribuir para o melhoramento ou desenvolvimento da sua comunidade, combatendo a desigualdade intelectual.

Acredito que tal só será possível quando ocorrer uma aproximação da História às ciências exactas, dado que a História, registo de fenómenos e actos humanos, é determinada por factores que ultrapassam a consciência, conforme explica a neurociência, a biologia evolutiva e a genética. Assim, uma aliança aos factos deve prevenir todas as formas de desinformação ou de prostituição da informação.

É meu desejo conduzir uma reflexão com base nas acepções anteriores de forma construtiva, pelo que devo alertar o legente que a mesma não constitui um ataque às instituições, nem um exame de responsabilidade, mas sim um breve testemunho empírico dado na qualidade de investigadora independente e de cidadã, que encontrou suporte bibliográfico em dados estatísticos e no raciocínio de José Mattoso em *Breves reflexões sobre o individual e o colectivo em História* (1997), devidamente elencados na listagem bibliográfica.

1. Desigualdade social, desigualdade intelectual.

Por onde começou esta reflexão?

Conforme referi no preâmbulo, a reflexão é, em primeiro lugar, produto de um considerável número de experiências culturais, pedagógicas e laborais, em diferentes regiões do país (Alto Minho; Minho; Porto; Aveiro; Centro; Alentejo). Assim, a construção desta reflexão começou por uma sensação de desigualdade intelectual face aos outros e dos outros face a mim, como cidadã e como estudante ou investigadora. Por sua vez, as distintas interações sociais e o desenvolvimento da experiência de vida contribuíram para formar uma visão polivalente sobre heterogeneidade de competências e capacidades sociais para lidar com informação, incluindo as próprias, assim como para a formar uma necessidade em compreender as evidências científicas que sustentam essa diversidade.

Mais tarde, para responder à minha questão deixei a observação empírica e recorri à informação científica. Um estudo científico que considero de extrema importância para compreender a base do fenómeno da desigualdade intelectual é:

Association of Childhood Poverty, Brain Development, and Academic Achievement (2015), de Nicole L. Hair (PhD), Jamie L. Hanson (PhD), Barbara L. Wolfe (PhD), and Seth D. Pollak (PhD).

Este estudo norte-americano analisou uma amostra composta por 389 crianças, adolescentes e jovens, com idades compreendidas entre os 4 e os 22 anos de idade, com recurso 823 imagens de ressonância magnéticas, e concluiu que existe uma estreita correlação entre o contexto sócio-económico na infância e o nível de desenvolvimento cognitivo que os indivíduos atingem na vida adulta. Consequentemente, a sua percepção da realidade, a sua capacidade de participação e de integração na sociedade, não é toda igual.

Tentando ilustrar o caso: se uma criança se debate frequentemente com obstáculos ao seu bem estar, nomeadamente, privação ou desregulação do sono, nutrição pobre, escassa ou desequilibrada, estímulos à aprendizagem e ao desenvolvimento deficientes, desadequados ou negligenciados, ambiente familiar hostil ou ausente, convívio social impróprio, perigoso ou inadequado à faixa etária, etc., então, é relativamente fácil perceber que este indivíduo teve por constante a prioridade sobreviver. Assim, a margem para desenvolver raciocínios (sobretudo críticos) é modesta. É a realidade. Um facto. Não é um preconceito.

É empiricamente evidente a associação entre analfabetismo e atraso no desenvolvimento, contudo, **nem a evidência empírica a que todos temos acesso, nem a evidência científica têm encontrado uma manifesta e palpável correspondência com o dever que o historiador tem em combatê-la.**

Há ainda outro estudo, resultado da tese de uma tese de doutoramento, feito a partir de um inquérito e entrevistas a mais de 400 estudantes, por Germano Borges, investigador do Centro de Investigação em Educação da Universidade do Minho. Estes estudantes concluíram o secundário na escola pública com notas entre os 18 e os 20 valores, mas à chegada da faculdade, o cenário alterou-se profundamente. Este estudo demonstrou que o sucesso escolar entre o ensino secundário e o ensino superior contrasta dado que as competências desenvolvidas e os critérios necessários para alcançar o sucesso, num e noutro caso, não se vinculam, porém, o peso do contexto sócio-económico, através da integração de “turmas homogéneas”, ou da possibilidade de recurso a explicações, é de extrema relevância.

A tese de doutoramento intitula-se *Da excelência no ensino secundário à (ir)regularidade académica no ensino superior* (2014), porém, os resultados podem consultar-se na edição de 11 de Julho do Jornal Expresso, elencado no final.

Ora, se iniciamos o ensino superior com uma deficiência deste calibre no sistema, acrescida às nossas próprias limitações, estamos a minar o futuro da nossa compreensão e participação na produção de informação complexa, como a académica, aquela que mais activamente procura contribuir para o avanço científico e tecnológico. Estamos a minar a nossa própria integração e participação social.

2. A missão social da História

Tanto através da interação social, quanto através de informação científica é possível encontrar argumentos que justificam a urgência de usar o conhecimento a favor da melhoria do sistema e do corpo social. No caso dos historiadores, proponho uma forma de concretização no próximo tópico.

2.1. Um caso de incumprimento da missão social da História.

Para não tornar a reflexão demasiado longa, vou dar apenas o exemplo, mas que, no tocante à missão social dos historiadores, infelizmente traduz uma realidade que se repercute nos restantes em que participei¹.

Neste evento observei boa publicidade, uma excelente selecção de eruditos, boa acomodação dos oradores e do público, excelentes condições tecnológicas, coordenação entre funcionários impecável, coffee-breaks de excelente qualidade, e regras da DGS relativas à prevenção ao COVID-19 escrupulosamente cumpridas. Relativamente à temática posso afirmar que, na qualidade de investigadora independente, me sobejou a vontade de saber mais e de regressar na próxima edição, até de me voluntariar na sua organização.

Porém, na qualidade de cidadã, a sensação é distinta. Ficou a vontade de conhecer, explicitamente, (isto é, de ouvir da boca dos oradores), quais foram os objectivos cumpridos ou alcançados pelas investigações que responderam à missão social que o historiador deve cumprir. Nenhuma das intervenções a que assisti incluiu esta demonstração. Houve ainda outros aspectos que gostaria de discutir, mas que remeto para nota².

3.1.1. Proposta para cumprir a missão social.

Nestas circunstâncias, em que o historiador discursa publicamente sobre um determinado tema, o objecto da sua investigação ou especialidade, seria interessante perceber o seguinte:

1. De que forma usou o conhecimento histórico para melhorar a qualidade das relações sociais, por exemplo, através da mitigação de preconceitos?;

2. Como contribuiu para melhorar o entendimento do público sobre a realidade que o rodeia e sobre o sistema governamental a que está vinculado?;
3. Fazer uma demonstração em como o conhecimento histórico valida a defesa dos direitos, garantias e deveres do cidadão, isto é, que a democracia é um acto justificado na longa duração;
4. Promover o debate em torno da melhoria desses mesmos direitos, garantias e deveres;
5. Garantir que os impostos pagos por todos nos permitem dar e receber socialmente através da nossa experiência profissional e do conhecimento;
6. Abordar assuntos que permitam combater a corrupção do conhecimento, de que é exemplo a instrumentalização da História para servir teorias da conspiração.

2.2. Breves reflexões sobre o individual e o colectivo em História (José Mattoso).

Quando partilhamos as nossas cogitações com os nossos pares, muitas vezes sucedem aditamentos úteis às nossas reflexões. Gustavo Pacheco Pimentel, historiador e amigo, recomendou-me pertinentemente a leitura do ensaio *Breves reflexões sobre o individual e o colectivo em História* (1997), de José Mattoso. Neste texto, resultante da Conferência dada pelo autor a 2 de Maio de 1988, na Faculdade de Letras de Coimbra (e posteriormente publicado na Revista “Vértice”), Mattoso aborda a questão da mediação da informação histórica, tornando-se relevante traduzir as ideias referentes ao assunto no esforço ensaístico presente.

Em *Breves reflexões sobre o individual e o colectivo em História* (1997), José Mattoso começa por constatar o crescimento do interesse do público em geral na História e a consequente bifurcação entre “investigação e divulgação”. De um lado os intelectuais, eruditos e académicos, principais responsáveis pela produção científica e intelectual, do outro, o público em geral, também ele produtor de conteúdos, sobre o qual o autor reconhece a relevância para manter fomentar e motivar a investigação de temas variados. Reflecte, depois, sobre o facto de a publicação da informação científica encontrar obstáculos normativos e financeiros fora das instituições, mas também dentro delas, dado não existir (pelo menos à época), uma política de coerência relativa à publicação das obras académicas (p.57).

Com esta referência Mattoso demonstrou um primeiro factor adverso à mediação e encontro de públicos: o conhecimento histórico científico tem mais dificuldade em alcançar o mesmo tipo de divulgação e captação que a historiografia produzida nos outros meios consegue.

A facilitação dessa veiculação implica um risco de compromisso com o seu valor científico, dado que os critérios de um e outro público e editoras diferem. Um exemplo de dano dá-se quando se simplificam demasiado os conteúdos, perdendo-se os fundamentos da argumentação, o seu rigor e precisão. Dilui-se o método (p.58).

Mattoso questiona então como se podem conciliar os interesses, tornando a historiografia num contributo para todos, sem se perder a “tecnicidade” (p.58) que é inerente à informação científica, mas dando a possibilidade ao público de alcançar o seu significado e dela retirar frutos.

Sobre essa conciliação primeiro contextualiza:

“Com efeito, a ficção, a poesia, o teatro e a literatura em geral exploram de preferência temas, situações e expressões formais de desagregação ou de caos: valorizam o nominalismo ou o arbitrário, acentuam a contradição ou o sem sentido; sentido causa os conceitos de ordem, de causa, de lei, de hierarquia ou de sentido; atiçam a curiosidade pelo marginal, o grotesco, o paradoxal ou o absurdo; exploram o irracional, despojando-o da sua função complementar da racionalidade.”

(Mattoso, 1997. p. 59)

Depois, alerta para o que não deve suceder:

“Levados por estas tendências alguns historiadores preferem a exploração de temas exóticos, dramáticos e coloridos, evitam as interpretações de conjunto, valorizam o anedótico, a curiosidade e o fortuito, nivelam os factos, indivíduos e fenómenos, aplicam-se aos virtuosismos formais, acentuam a arbitrariedade de qualquer espécie de generalização e o carácter das reconstituições em História.”

(Mattoso, 1997. p. 59)

Isto é, durante as tentativas de conciliação, nem o historiador deve subverter uma narrativa de natureza científica a um formato artístico enquanto exercício profissional, nem as Artes devem manipular dados e informações científicas de forma a criar um objecto que se identifique com o trabalho do Historiador. Assim, um e outro acabam por veicular a desinformação quando o reenquadramento das evidências não seja claro e evidente para quem as observa e, depois, as absorve. Não basta criar um produto, é preciso informar o público acerca do seu propósito e função. Nem tudo pode servir o propósito do entretenimento, da mesma forma que não se brinca com o fogo. O autor reconhece que não é, de todo, fácil aproximar os dois quadrantes interessados na História: “Volta a impor-se a consciência da desesperante incapacidade para preencher o vazio que separa as palavras das coisas” (p. 60).

José Mattoso refere ainda que dentro da historiografia actual, a “história de vida”, “o caso”, isto é, a narrativa biográfica talvez possa ser a ponta que melhor aproxima os dois públicos. Sucede quando o tratamento dado a determinada personalidade não perde a sua objectividade, mas permite aprofundar a sua “relação com o conjunto” (p.60), ou seja, com a dimensão simbólica, como a memória (p.61). Curioso, porque, actualmente é abundante o material de estudo e entretenimento cinematográfico e literário que tem por base estes temas.

Inferências

Entre a minha curta experiência de vida, alguns dados estatísticos e José Mattoso, creio ser possível afirmar que existe margem para cumprir com um dever de melhoramento da comunidade. Cabe a todos os tipos de investigadores, e não só aos historiadores, tornarem o seu exercício profissional numa vocação intelectual e social.

A elitização da informação científica ou a sua banalização para fins de entretenimento e lucro tem alcançado dimensões preocupantes, sobretudo em momentos de crise, como aquelas que temos vivido, tanto económicas como pandémicas. Nestes a paz e o bem estar colectivo ficam profundamente abalados por figuras oportunistas, e tudo começa com o incorrecto uso do conhecimento e a difusão de desinformação.

Notas:

1. Deixarei para futuras reflexões o *modus operandi* das universidades face aos seus alunos, ou, se preferirmos, a sua clientela, assim como a questão do contacto com os diferentes estratos sociais durante as experiências em voluntariado e durante a experiência obtida nas circunstâncias da minha precariedade laboral.

2. Calendarização, multidisciplinaridade e audiência. Antes de avançar alerto que as observações seguintes reportam-se apenas à faceta presencial do evento. Deixo a quem de direito aferir qual foi a adesão ao evento online. Quanto à calendarização, na generalidade, estes eventos, sejam presenciais ou online, têm tomado lugar durante a semana, o que se torna numa forte limitação à participação de todos. Esta opção torna um evento que deveria ser do interesse da sociedade, num evento de profissionais para profissionais. Relativamente à multidisciplinaridade, um facto que me preocupou foi não ter observado a presença de profissionais de outras áreas. Por exemplo, uma das comunicações abordou a História da Medicina, todavia, não havia, sequer, um enfermeiro na audiência, muito menos um médico. Presença que poderia ter enriquecido o debate de sobremaneira. Na minha curta experiência só tive ainda uma oportunidade de constatar a multidisciplinaridade que a Escola dos Annales tanto se esforçou por promover e defender. Aconteceu num Congresso organizado pela Rota do Românico, em 2014, que incluiu a intervenção de um dos maiores psiquiatras portugueses. Este soube discursar tanto para mim, que na altura estava no primeiro evento do género e apenas com uma licenciatura em Artes, sem qualquer vínculo directo à História e ao Património Cultural (excepto através dos meus seis anos de educação em História de Arte) tanto quanto para a comunidade de cidadãos de Amarante, bem como para os académicos. Se bem me lembro, não houve outra intervenção que tivesse a plateia tão cheia, incluindo pessoas sentadas nas escadas laterais. O psiquiatra explicou o funcionamento neurológico da memória, e, depois, no plano do pensamento e da experiência. Um contributo fundamental para compreender as motivações determinísticas que levam o ser humano a querer preservar objectos ou a registar acontecimentos e experiências sob os mais variados meios.

No tocante à audiência, a maioria dos oradores e participantes estavam vinculados a instituições pedagógicas ou de investigação científica, porém não detectei a presença de estudantes de nenhum dos ciclos de estudo do ensino superior.
Quanto aos cidadãos comuns, poucos.

Bibliografia

Expresso. (2021). Alunos de 20: Estudo não explica tudo. Recuperado de:
<https://expresso.pt/sociedade/2021-07-11-Alunos-de-20-estudo-nao-explica-tudo-bd459338>

Hair, N. L., Hanson, J. L., Wolfe, B. L., & Pollak, S. D. (2015, Setembro). Association of Child Poverty, Brain Development, and Academic Achievement. *JAMA pediatrics*, 169 (9), 822–829.
<https://doi.org/10.1001/jamapediatrics.2015.1475>

Mattoso, J. (1997). Breves reflexões sobre o individual e o colectivo em História. In *A Escrita da História. Teorias e Métodos* (pp.57-64). Lisboa, Portugal: Editorial Estampa.

Foto D.R.:
<https://assets.entrepreneur.com/content/3x2/2000/20150221080156-shutterstock-116923705.jpeg>

Data de Publicação: 23-07-2021